

Assunto: Devedor de IPTU tem conta bloqueada	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: ECONOMIA	Seção/Repórter:
Página: 7	Data: 07/08/2014

Devedor de IPTU tem conta bloqueada

No primeiro semestre deste ano, 513 contas correntes de pessoas físicas e jurídicas foram bloqueadas, para forçá-las a quitarem seus débitos de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial (IPTU) e Imposto Sobre Serviços (ISS) com a Prefeitura do Recife. A medida foi tomada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que montou um regime especial para agilizar o julgamento das cobranças.

De acordo com o TJPE, os bloqueios envolvem cerca de R\$ 2,5 milhões, que ainda podem ser recuperados aos cofres públicos municipais. Contudo, o combate ao acúmulo de processos nas duas Varas de Executivos Fiscais Municipais da capital já rendeu um aumento relevante nas execuções dos Crédi-

tos da Dívida Ativa do município (CDA). De janeiro a maio deste ano, foram recolhidos R\$ 52 milhões, 115% a mais do que no mesmo período do ano passado. O valor é o maior desde 2009.

Contudo, os resultados da intensificação do trabalho nessas varas não resultou somente em crescimento da arrecadação. Somente este ano, 71.380 processos que estavam pendentes foram arquivados.

“Essa medida é essencial para que identifiquemos aquelas ações que já prescreveram ou cujo débito já foi pago. Assim, poderemos nos concentrar nos processos que ainda estão ativos, com débitos em aberto e fazer com que tramitem mais rápido”, ressaltou a juíza Ana Carolina Fernandes Paiva, que integra o regime especial.

Assunto: Ouvidoria lenta	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: EDITORIAL	Seção/Repórter: cartas e emails
Página: D5	Data: 07/08/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Ouvidoria lenta

Reclamei, através deste espaço do povo, da lentidão da 3ª Vara da Fazenda do Tribunal de Justiça de Pernambuco em despachar um processo com causa ganha em todas as instâncias, já concluso desde o dia 12/06, concernente a direitos de funcionários idosos e aposentados do D.E.R. - PE do qual

faço parte. A Ouvidoria do TJPE me respondeu dizendo que me daria uma resposta sobre o caso. Após mais de um mês sem ter nenhuma posição, verifico que não é só a nossa justiça que é lenta. Já aquela de porta de xadrez... Mas é bom mostrar a imperfeição dos que se denominam perfeitos.

CLÁUDIO DE MELO SILVA - Olinda

Assunto: Foto – des. Ricardo Paes Barreto e Stênio Neiva	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção/Repórter: João Alberto
Página: E3	Data: 07/08/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO



EVERSON VERDE/AGÊNCIA PRESS

Nosso presidente Jozil Barros recebe os desembargadores Ricardo Paes Barreto e Stênio Neiva, que vieram entregar o convite para suas posses, como presidente e vice da Escola da Magistratura do TJPE

Assunto: Medalha	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção/Repórter: João Alberto
Página: E3	Data: 07/08/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Medalha

O advogado João Bosco Tenório Galvão recebe, quarta-feira, a Medalha do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no grau de comendador, durante cerimônia na próxima quarta-feira.

Assunto: Direito de família	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção/Repórter: João Alberto
Página: E3	Data: 07/08/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Direito de família

A psicóloga jurídica Helena Ribeiro, chefe do Centro de Apoio Psicossocial do TJPE, vai falar sobre *Perito x Assistente técnico: quando o legalismo os separa*, na Conferência Mundial da Sociedade Internacional de Direito de Família que acontece no TRF 5ª Região.

Assunto: Devedor de IPTU e ISS têm conta bloqueada	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: CAPA	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 07/08/2014



AINDA este mês, cinco mil cartas de citação serão entregues a quem deve impostos

RECIFE

Devedor de IPTU e ISS tem conta bloqueada

O TJPE bloqueou, de janeiro a junho deste ano, 513 contas correntes. O valor retido chega a R\$ 2,5 milhões. A medida é um convênio com a Prefeitura do Recife. A norma municipal prevê o valor mínimo de R\$ 1 mil para que o proprietário devedor seja acionado na Justiça.

Assunto: Devedor de IPTU e ISS têm conta bloqueada	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: ECONOMIA	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 07/08/2014



TJPE bloqueou 513 contas de contribuintes do IPTU e ISS

Devedor tem conta corrente bloqueada

■ **DECISÕES** atendem execuções da Prefeitura do Recife. Até o fim do ano, administração municipal pretende ajuizar 100 mil ações

PRISCILLA COSTA

De janeiro a junho deste ano, 513 contas correntes foram bloqueadas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o que equivale a um valor retido de R\$ 2,5 milhões. A medida, adotada pelo órgão no ano passado a partir de convênio com a Prefeitura do Recife, está repercutindo na conta de quem responde a processos referentes à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial (IPTU) e Imposto Sobre Serviços (ISS). A norma municipal prevê o valor mínimo de R\$ 1 mil para a Prefeitura ingressar com um pedido na Justiça. Só este ano já foram enviados 800 pedidos de bloqueio, conforme procurador-chefe da Procuradoria da Fazenda, Francisco Severien.

De acordo com ele, ainda este mês, cinco mil cartas de citação serão entregues, sendo 2,5 mil na próxima semana e a outra metade, na última semana de agosto. Até o fim do ano, a estimativa é que mais de 100 mil processos de citação sejam despachados pelo órgão municipal. Segundo Severien, as cartas serão entregues, pelos Correios, junto com um boleto bancário, dando, assim, a oportunidade para o devedor quitar a dívida pendente. "Caso o devedor, seja ele de natureza jurídica ou física, queira quitar o que está devendo, ele poderá se dirigir a qualquer instituição financeira para pagar o boleto.



Cristiano Dias/Arquivo Folha

DIVIDAS a partir de R\$ 1 mil estão passíveis de ser alvos de medidas judiciais da PCR

Folha resume

Fazenda municipal recolheu, com bloqueios, R\$ 2,5 milhões. Este ano, até maio, o Governo municipal arrecadou um total de R\$ 52 milhões com as ações de execuções fiscais, um resultado 115% superior ao montante registrado no mesmo período do ano passado.

Se, mesmo assim, ele não pagar, a Justiça poderá bloquear o valor da conta de acordo com a dívida.", explicou o procurador. Caso a dívida ultrapasse a quantia existente na conta corrente, o contribuinte corre ainda o risco de ter seu imóvel penhorado. "Se ele estiver numa situação financeira crítica, ele poderá ir até à PCR para parcelar a dívida, em até 96 vezes", esclareceu Severien. As pessoas também podem se dirigir ao Expresso

Cidadão do Cordeiro e do RioMar Shopping.

A Prefeitura do Recife, através da Procuradoria da Fazenda Municipal da Secretaria de Assuntos Jurídicos, atingiu a marca de R\$ 52 milhões arrecadados em execuções dos Créditos da Dívida Ativa do município (CDA), entre os meses de janeiro a maio de 2014. O valor chega a ser 115% maior do que o arrecadado no mesmo período do ano passado, cujo montante foi de R\$ 25,04 milhões. Se-

Saiba mais

CONSULTA - Quem quiser saber a situação de sua dívida pode se dirigir ao Centro de Orientação do Contribuinte, no edifício-sede da Prefeitura, ou pelo site (www.recife.pe.gov.br/pr/secfinancas/porta-financeas).

verien atribui esse acréscimo ao aumento das ações de execução. Exemplo disso é a sede do Clube Líbano Brasileiro, no bairro do Pina, que vai à leilão por decisão judicial em ação de execução por débito de IPTU atrasado. "O primeiro (leilão) estava marcado para o dia 4 de julho, mas o clube conseguiu recorrer da sentença. Porém, entramos com um pedido de rescisão e conseguimos revogá-la", afirmou.

Assunto: TJPE acelera processos de violência doméstica	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 07/08/2014



➤ MARIA DA PENHA

TJPE acelera processos de violência doméstica

Desde que foi sancionada pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha se tornou o principal instrumento de luta contra a violência doméstica. Hoje, ela comemora 8 anos, mas, apesar da importância, ainda tem muito o que avançar. Para Maria da Penha, biofarmacêutica que dá nome à Lei, há muitos pontos positivos que esbarram nas aplicações práticas que possam permitir mais segurança para as vítimas agredidas diariamente em todo o País. Maria da Penha virou um símbolo contra a violência doméstica depois de lutar por anos para que seu marido viesse a ser condenado após tentar assassiná-la por duas vezes. “A lei só funciona se tiver como ser aplicada. Os equipamentos precisam estar instalados nas cidades, com Casas Abrigos, Centros de Orientação Psicológica, Juizados especiais”, colocou.

Um avanço que trouxe mais celeridade à resolução do problema foi a diminuição do tempo para que as medidas protetivas sejam implantadas,

MEDIDAS protetivas correspondem a quase 70% da demanda

em tempo hábil, após o Regime Especial implementado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Com a quantidade de volume de processos, as medidas protetivas de urgência, como prisões e afastamentos, estavam levando até quatro meses para serem deliberadas. Segundo Marilúcia Feitosa, juíza da 3ª Vara, foi realizado um verdadeiro mutirão para dar conta da imensa demanda. “Hoje, conseguimos normalizar essa demanda. Não temos sentença pendente, só em andamento. E as medidas protetivas, que correspondem a quase 70% dos processos, estamos fazendo em tempo real”, disse.

Quando assumiu a corregedoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em fevereiro de 2014, o desembargador Eduardo Paurá se deparou com uma situação inédita em sua trajetória. “Verificamos

que ali teriam cerca de 20 mil processos em andamento sobre violência doméstica, número humanamente impossível de se trabalhar. Ninguém esperava que houvesse tanta denúncia sendo feita”, disse. O número vem desde a criação das varas especiais, com a aplicação da Lei Maria da Penha, em setembro de 2006. Para lidar com o imenso quantitativo, houve um aumento do número de juízes, de 2 para 7, e acréscimo de servidores de 9 para 16. “Nós temos o que comemorar com esse incremento em nossa produtividade, que é uma redução de 6 mil processos daquele número de 20 mil que estavam acumulados”, pontuou.

Eduardo Paurá lembra também que a presteza na medida protetiva foi um outro fator para que a Lei Maria da Penha se consolidasse e tivesse mais credibilidade. “Essas podem ser um limite de aproximação, até algo mais sério, como a prisão. Mas elas só estavam sendo concedidas quando a situação das mulheres, muitas vezes, já tinham se concretizado da pior forma possível”, afirmou.



CORREGEDOR do TJPE, Eduardo Paurá, comemora os números e a produtividade

Número de vítimas ainda é alto

De janeiro 2007 a até julho de 2014, os números da violência contra a mulher se mantiveram regulares, entre 200 e 300 casos de homicídios por ano no Estado. Somente em 2014, no período de janeiro a junho, foram contabilizadas 127 mortes, em Pernambuco. De junho de 2013 a julho de 2014, foram registrados 46.474 casos de agressões contra as mulheres.

Para a delegada Marluce Ferreira, os números de registros cresceram, à medida que a Lei Maria da

Penha é divulgada. Para Marluce, havia uma demanda contida e uma ideia machista de que em “briga de marido e mulher não se mete a colher”. “Percebemos que elas não denunciam na primeira vez que são agredidas. Há diversos fatores que contribuem para isso. Tem o sentimento, a tendência da mulher em perdoar, os filhos e até a dependência econômica”, descreve.

Para isso, a Lei prevê tanto acompanhamento psicológico como jurídico,

no caso de uma situação mais grave. Atualmente, as mulheres contam com um equipamento eletrônico que garante mais segurança às vítimas de violência doméstica. Desde outubro do ano passado, foi implantado o monitoramento eletrônico do agressor por uma tornozeleira. Caso descumpra o limite estabelecido, a mulher aciona um dispositivo, o agressor é notificado e acompanhado pela Polícia Militar.

Assunto: TJPE bloqueia R\$ 2,5 milhões de devedores de IPTU e ISS no Recife	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 07/08/2014
Editoria:	Seção:



TJPE bloqueia R\$ 2,5 milhões de devedores de IPTU e ISS no Recife

Com a intenção de reduzir o número de processos nas duas Varas de Executivos Fiscais Municipais do Recife, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está bloqueando as contas correntes de devedores de IPTU e ISS. De janeiro a junho deste ano, segundo o TJPE, foram 513 bloqueios, totalizando aproximadamente R\$ 2,5 milhões.

A iniciativa de agilizar os processos de executivos fiscais tem tido reflexo nas execuções dos créditos da dívida ativa da Prefeitura do Recife, que de janeiro a maio foram de R\$ 52 milhões – valor 115% maior do que o arrecadado no ano passado.

O trabalho que está sendo feito inclui a identificação de processos prontos para sentença, os que já prescreveram, as ações que estão abaixo do valor mínimo de R\$ 1 mil e também identifica os pequenos, os médios e os grandes devedores. O trabalho de diminuir o número de processos incluiu também o arquivamento de 71.380 ações.

O trabalho está sendo feito em regime especial para que os processos tramitem mais rápido. Para agilizar as citações dos devedores, as cartas para convocação das partes envolvidas está sendo emitida pela Prefeitura do Recife, sob controle do Poder Judiciário, e a estimativa é que cerca de 3 mil citações estejam sendo realizadas todos os meses, através de listas mensais.

Assunto: Lei Maria da Penha: TJPE acelera processos de violência doméstica	
Veículo: folhape	Data: 07/08/2014
Editoria:	Seção:



Lei Maria da Penha: TJPE acelera processos de violência doméstica

Nesta quinta, a lei comemora oito anos, mas ainda tem muito o que avançar

Desde que foi sancionada pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha se tornou o principal instrumento de luta contra a violência doméstica. Nesta quinta-feira (7), ela comemora oito anos, mas, apesar da importância, ainda tem muito o que avançar. Para Maria da Penha, biofarmacêutica que dá nome à Lei, há muitos pontos positivos que esbarram nas aplicações práticas que possam permitir mais segurança para as vítimas agredidas diariamente em todo o País. Maria da Penha virou um símbolo contra a violência doméstica depois de lutar por anos para que seu marido viesse a ser condenado após tentar assassiná-la por duas vezes. “A lei só funciona se tiver como ser aplicada. Os equipamentos precisam estar instalados nas cidades, com Casas Abrigos, Centros de Orientação Psicológica, Juizados especiais”, colocou.

Um avanço que trouxe mais celeridade à resolução do problema foi a diminuição do tempo para que as medidas protetivas sejam implantadas, em tempo hábil, após o Regime Especial implementado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Com a quantidade de volume de processos, as medidas protetivas de urgência, como prisões e afastamentos, estavam levando até quatro meses para serem deliberadas. Segundo Marilúcia Feitosa, juíza da 3º- Vara, foi realizado um verdadeiro mutirão para dar conta da imensa demanda. “Hoje, conseguimos normalizar essa demanda. Não temos sentença pendente, só em andamento. E as medidas protetivas, que correspondem a quase 70% dos processos, estamos fazendo em tempo real”, disse.

Quando assumiu a corregedoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em fevereiro de 2014, o desembargador Eduardo Paurá se deparou com uma situação inédita em sua trajetória. “Verificamos que ali teriam cerca de 20 mil processos em andamento sobre violência doméstica, número humanamente impossível de se trabalhar. Ninguém esperava que houvesse tanta denúncia sendo feita”, disse. O número vem desde a criação das varas especiais, com a aplicação da Lei Maria da Penha, em setembro de 2006. Para lidar com o imenso quantitativo, houve um aumento do número de juízes, de 2 para 7, e acréscimo de servidores de 9 para 16. “Nós temos o que comemorar com esse incremento em nossa produtividade, que é uma redução de 6 mil processos daquele número de 20mil que estavam acumulados”, pontuou.

Eduardo Paurá lembra também que a presteza na medida protetiva foi um outro fator para que a Lei Maria da Penha se consolidasse e tivesse mais credibilidade. “Essas podem ser um limite de aproximação, até algo mais sério, como a prisão. Mas elas só estavam sendo concedidas quando a situação das mulheres, muitas vezes, já tinham se concretizado da pior forma possível”, afirmou.

Assunto: TJPE bloqueia R\$ 2,5 milhões de contas correntes de devedores de IPTU e ISS	
Veículo: folhape	Data: 07/08/2014
Editoria:	Seção:



TJPE bloqueia R\$ 2,5 milhões de contas correntes de devedores de IPTU e ISS

De janeiro a junho, foram realizados 513 bloqueios em contas do Recife

Um regime especial, que conta com a participação de magistrados e servidores, instaurado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está combatendo o acúmulo de processos nas duas Varas de Executivos Fiscais Municipais da Capital. A medida, que teve início no ano passado, está repercutindo na conta de quem responde a processos referentes à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial (IPTU) e Imposto Sobre Serviços (ISS). De janeiro a junho deste ano, 513 bloqueios em contas correntes foram realizados envolvendo cerca de R\$ 2,5 milhões.

A priorização do julgamento de processos de executivos fiscais também está refletindo no valor arrecadado pela Prefeitura do Recife em execuções dos Créditos da Dívida Ativa do município (CDA). De janeiro a maio deste ano, foram R\$ 52 milhões. O valor é o maior desde 2009 e é 115% maior do que o arrecadado em 2013. As execuções fiscais ocorrem com a cobrança dos Créditos da Dívida Ativa por parte da Prefeitura no Poder Judiciário.

O trabalho nas Varas de Executivos Fiscais envolve a identificação de processos prontos para sentença, daqueles que já prescreveram, das ações que estão abaixo da norma municipal que prevê o valor mínimo de R\$ 1 mil para a Prefeitura ingressar com ações no Judiciário. Também prevê a identificação de pequenos, médios e grandes devedores. Além dos bloqueios realizados, as decisões proferidas arquivaram, só neste ano, 71.380 processos.

Citações - O TJPE e a Prefeitura do Recife também firmaram um acordo para agilizar a citação das partes nos processos de Executivos Fiscais relativos ao Município. A partir de agora, as cartas de citação das partes envolvidas nas ações relativas ao Município serão emitidas pela Prefeitura do Recife. A estimativa é de que cerca de três mil citações sejam realizadas por mês.

A medida vai agilizar o andamento dos processos, uma vez que as citações deixarão de ser encaminhadas individualmente pelas Varas de Executivos Fiscais, passando a ser geradas e postadas pela Prefeitura em larga escala através de listas mensais encaminhadas pelas unidades judiciárias. Além disso, também vai gerar economia para o Poder Judiciário, que deixará de fazer o envio das cartas pelos Correios. Apesar da Prefeitura ser a responsável pelo envio das citações, o Judiciário continuará mantendo o controle dessa ação.

Assunto: Wind Power tem falência decretada em Pernambuco	
Veículo: Jconline	Data: 07/08/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Wind Power tem falência decretada em Pernambuco

Tribunal de Justiça acatou pedido feito pelo Grupo Libra, que reclama débito de R\$ 10,6 milhões

Âncora do polo de equipamentos para produção de energia eólica em Pernambuco, a Wind Power teve sua falência decretada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Subsidiária da argentina Impsa no Brasil, a fabricante de aerogeradores chegou ao Estado em 2008 e conta com duas plantas industriais no Complexo de Suape. Nos últimos dois anos, 68 empresas ingressam com ações judiciais contra a companhia, mas a falência foi decretada a pedido do Grupo Libra, que reclama o pagamento de um débito de R\$ 10,6 milhões. Além de dívidas com fornecedores, a empresa também está inadimplente com bancos. No final de 2012, a dívida chegava a R\$ 2,5 bilhões.

Responsável pela sentença de decretação da falência, o juiz Rafael de Menezes, da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, diz que estranhou o fato de a empresa não ingressar com pedido de recuperação judicial. “Lamento ter que decretar falência de uma empresa que gera empregos e impostos para o Estado, mas a dívida é grande e a companhia descumpriu os vários prazos que teve para pagar”, destaca. O magistrado explica que a empresa terá 15 dias para recorrer, a partir da data que a sentença foi proferida, no último dia 30. Tanto cabe recurso em segunda instância na Justiça de Pernambuco, quanto no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

O Grupo Libra prestava serviço de armazenamento das torres eólicas para a Wind Power. A companhia chegou a oferecer um guindaste com valor calculado em R\$ 11,4 milhões como garantia do débito, mas a Libra não aceitou. Hoje, 13 torres da Wind Power estão armazenadas nos galpões da Libra, com valor estimado em R\$ 2,2 milhões. A companhia tentou reaver os equipamentos na Justiça, mas o pleito não foi concedido. No processo, a Wind Power alegou que “não se encontra em situação de insolvência”.

No TJPE constam várias ações impetradas contra a empresa, principalmente de empresas de logística (TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A, Expresso Santa Bárbara de Minas, Lsanordex Logística e outras). Na lista de fornecedores pernambucanos aparece a indústria metalmeccânica Máquinas Piratininga.

Procurada pela reportagem, a Wind Power, por meio da sua assessoria de comunicação, informou que encaminharia uma nota oficial, mas não encaminhou o texto até o fechamento dessa edição. Já o Grupo Libra não respondeu o pedido de entrevista. A Wind Power foi inaugurada em Suape em maio de 2008. A cerimônia contou com a presença da presidente da Argentina, Cristina Kirchner, do então governador de Pernambuco, Eduardo Campos e do staff internacional da companhia. Na solenidade, a companhia anunciou a construção de uma segunda planta em Suape, responsável pela fabricação de geradores para usinas hidrelétricas.

O projeto da empresa surpreendeu pelo tempo recorde de construção da fábrica (8 meses) e a estratégia de verticalização, que previa a implantação de usinagem, unidade de torres e de pás eólicas. A empresa abriu caminho para a implantação de um polo de energia eólica, com a chegada de outras indústrias da cadeia produtiva, como a Gestamp (torres) e a LM Wind Power (pás).

Assunto: Justiça ouve testemunhas de defesa do vereador Val das Rendeiras (PROS)	
Veículo: NE 10	Data: 07/08/2014
Editoria:	Seção:



Justiça ouve testemunhas de defesa do vereador Val das Rendeiras (PROS)

Serão ouvidas nesta quinta-feira (7) as testemunhas de defesa do vereador Val das Rendeiras (PROS) investigado durante a Operação Ponto Final. Os depoimentos devem ocorrer no Juiz Demóstenes Batista Veras, em Caruaru, no Agreste de Pernambuco. O processo faz parte da investigação que resultou na prisão de dez vereadores do município entre dezembro e janeiro de 2013. Eles são suspeitos de prática de corrupção passiva, concussão e formação de organização criminosa.

Prestaram depoimento nessa quarta-feira (6) as testemunhas de defesa do vereador Val das Rendeiras (DEM). Ele entregou a Justiça o nome de 16 pessoas para testemunharem a seu favor, mas apenas cinco foram ouvidas pelo juiz Francisco de Assis. Na terça-feira (5), foram ouvidas as testemunhas de defesa do vereador Neto (PMN). O parlamentar chegou ao fórum acompanhado das cinco testemunhas, que falaram por cerca de 40 minutos durante a audiência. O vereador não falou com a imprensa.

Já na segunda-feira (4), foram ouvidas as testemunhas de defesa do vereador Louro do Juá (SDD). Ao todo, 14 pessoas prestaram depoimento em favor do parlamentar. E na sexta-feira (1º), foram ouvidas as testemunhas do vereador Jajá, que está sem partido. O parlamentar convocou 13 testemunhas, mas apenas dez compareceram ao fórum.

DEPOIMENTOS - No dia 30 de julho, foram ouvidas as testemunhas de defesa do vereador investigado Jadiel Nascimento (PROS). A ouvida ocorreu na sala da 4ª Vara Criminal de Caruaru. O vereador não quis falar com a imprensa. Já no dia 29, foram ouvidas 13 testemunhas de defesa do vereador Evandro Silva (PMDB). No primeiro dia de ouvidas, dia 28, seriam ouvidas 12 testemunhas de defesa do vereador Eduardo Cantarelli (SDD), preso na operação. Mas apenas nove prestaram depoimento, duas foram dispensadas e uma não compareceu ao fórum.

Segundo o advogado de defesa dos vereadores, Marcílio Cumaru, a ouvida das testemunhas de defesa seguem a mesma linha dos depoimentos das testemunhas de acusação. Já o Ministério Público explicou que o procedimento é uma nova etapa fundamental para o processo e a expectativa é que os depoimentos se desenrolem de maneira normal. Ao todo, devem ser ouvidas 120 pessoas nesta fase do procedimento. A previsão é que os depoimentos sejam realizados até o dia 13 do próximo mês. Os dez vereadores investigados pela operação também devem prestar esclarecimentos.

ENTENDA - Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS) foram presos no dia 18 de dezembro durante a Operação Ponto Final, da Polícia Civil.

Assunto: TJPE bloqueia mais de 500 contas correntes de devedores de IPTU e ISS no Recife	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 06/08/2014
Editoria:	Seção:



TJPE bloqueia mais de 500 contas correntes de devedores de IPTU e ISS no Recife

Um regime especial, que conta com a participação de magistrados e servidores, instaurado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está combatendo o acúmulo de processos nas duas Varas de Executivos Fiscais Municipais da Capital. A medida, que teve início no ano passado, está repercutindo na conta de quem responde a processos referentes à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial (IPTU) e Imposto Sobre Serviços (ISS). De janeiro a junho deste ano, 513 bloqueios em contas correntes foram realizados envolvendo cerca de R\$ 2,5 milhões.

A priorização do julgamento de processos de executivos fiscais também está refletindo no valor arrecadado pela Prefeitura do Recife em execuções dos Créditos da Dívida Ativa do município (CDA). De janeiro a maio deste ano, foram R\$ 52 milhões. O valor é o maior desde 2009 e é 115% maior do que o arrecadado em 2013. As execuções fiscais ocorrem com a cobrança dos Créditos da Dívida Ativa por parte da Prefeitura no Poder Judiciário.

O trabalho nas Varas de Executivos Fiscais envolve a identificação de processos prontos para sentença, daqueles que já prescreveram, das ações que estão abaixo da norma municipal que prevê o valor mínimo de R\$ 1.000,00 para a Prefeitura ingressar com ações no Judiciário. Também prevê a identificação de pequenos, médios e grandes devedores. Além dos bloqueios realizados, as decisões proferidas arquivaram, só neste ano, 71.380 processos.

Segundo a juíza Ana Carolina Fernandes Paiva, que integra o regime especial, o trabalho é fundamental para garantir que os processos com débitos ativos tramitem mais rápido. “Estamos organizando o acervo da 2ª Vara de Executivos Fiscais e, paralelamente, atuando na 1ª Vara, com a juntada de petições, incluindo os bloqueios de contas e bens. Essa medida é essencial para que identifiquemos aquelas ações que já prescreveram ou cujo débito já foi pago. Assim, poderemos nos concentrar nos processos que ainda estão ativos, com débitos em aberto e fazer com que tramitem mais rápido”, ressaltou.

Citações – O TJPE e a Prefeitura do Recife também firmaram um acordo para agilizar a citação das partes nos processos de Executivos Fiscais relativos ao Município. A partir de agora, as cartas de citação das partes envolvidas nas ações relativas ao Município serão emitidas pela Prefeitura do Recife. A estimativa é de que cerca de três mil citações sejam realizadas por mês. A medida vai agilizar o andamento dos processos, uma vez que as citações deixarão de ser encaminhadas individualmente pelas Varas de Executivos Fiscais, passando a ser geradas e postadas pela Prefeitura em larga escala através de listas mensais encaminhadas pelas unidades judiciárias. Além disso, também vai gerar economia para o Poder Judiciário, que deixará de fazer o envio das cartas pelos Correios. “A prefeitura poderá ser ressarcida desse valor ao final do processo”, explicou a coordenadora do Regime Especial instaurado nas Varas dos Executivos Fiscais Municipais, juíza Ana Luíza Câmara.

Segundo a magistrada, apesar da Prefeitura ser a responsável pelo envio das citações, o Judiciário continuará mantendo o controle dessa ação. “Será uma economia de tempo e de rotina de trabalho para os servidores das varas. Ao mesmo tempo, manteremos o controle do envio

dessas citações, pois serão emitidas a partir de listas encaminhadas pelas próprias unidades judiciárias, que também receberão a devida devolução dos avisos de recebimento acompanhadas do respectivo Documento de Arrecadação Municipal – DAM, para facilitar o pagamento do débito pelo contribuinte e proporcionar a rápida resolução dos processos”, afirmou.

Assunto: Destaques na coluna de hoje no Diario de Pernambuco	
Veículo: Blog João Alberto	Data: 07/08/2014
Editoria:	Seção:



Destaques na coluna de hoje no Diario de Pernambuco

Quadro triste: As torcidas organizadas, infelizmente, estão voltando com muita força. A Polícia Militar arma um esquema especial para o clássico de sábado, entre Náutico e Santa Cruz, para evitar confronto entre aqueles grupos, que continuam com entrada proibida nos estádios.

No Senado: Francisco Falcão, futuro presidente do Superior Tribunal de Justiça, acompanhou a sabatina de Luiz Alberto Gurgel de Faria no Senado, onde foi aprovado por unanimidade para ser o novo ministro daquela corte

Direito de família: A psicóloga jurídica Helena Ribeiro, chefe do Centro de Apoio Psicossocial do TJPE, vai falar sobre Perito x Assistente técnico: quando o legalismo os separa, na Conferência Mundial da Sociedade Internacional de Direito de Família que acontece no TRF 5ª Região.

Na Assembleia: O grande expediente de hoje na Assembleia Legislativa vai homenagear os 60 de vida sacerdotal dessa figura especial que é o monsenhor Romeu da Fonte, por iniciativa do deputado José Maurício.

Comitê: Pedro Eugênio inaugura seu comitê eleitoral, na Estrada do Arraial, esta noite, com a presença de Armando Monteiro Neto, João Paulo e Paulo Rubem Santiago.

